



RELATÓRIO 2005



The face of Human Rights
Lars Muller Publishers.

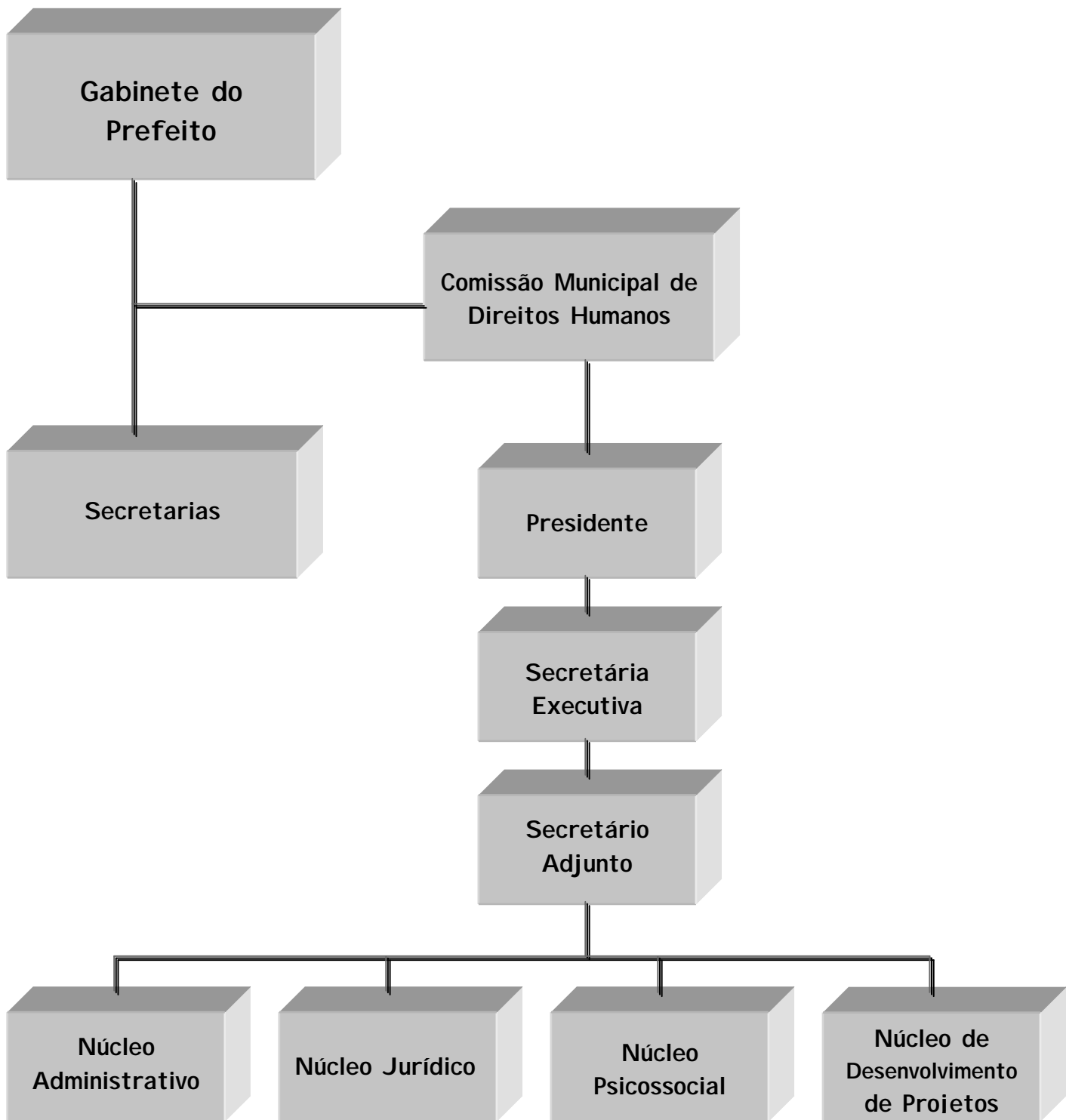
Direitos Humanos:

Um sonho de entendimento, entre todos, que respeite as diferenças, juntando e transformando o MEU e o SEU num NOSSO solidário e fraterno.

José Gregori

COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo assumiu a responsabilidade da proteção e a preocupação com os compromissos fundamentais da dignidade humana na área municipal. Adotando este enfoque acredita numa real possibilidade de transformação e mobilização social.



MENSAGEM DO MINISTRO

JOSÉ GREGORI

PRESIDENTE DA COMISSÃO

MUNICIPAL DE DIREITOS

HUMANOS

Uma Comissão de Direitos Humanos Municipal é uma inovação no Brasil. Somente a União Federal e os Estados é que, nesses últimos dez anos tem colocado em pauta os problemas de Direitos Humanos. Mas, como diria, o saudoso Governador Montoro, a criatura humana vive na cidade, vale dizer, no Município, e não na União ou no Estado. Assim, tudo o que interessa aos Direitos Humanos, interessa, também, a cidade de São Paulo.

Nesse sentido, nesse último ano, procuramos consolidar essa Comissão. Demos-lhe a musculatura administrativa, organizando o pequeno quadro funcional, e o apoio mínimo financeiro, integrando-a no Orçamento Municipal.

Ampliamos as instalações no Pátio do Colégio e desenvolvemos trabalhos permanentes e especiais.

Esse relatório mostra bem o que fizemos, tanto num campo como noutro. Tudo com o apoio do Prefeito José Serra que, simbolicamente, fez à nossa sede, a primeira visita a órgãos da Prefeitura.

Vamos prosseguir nesse 2006. Há muito ainda a realizar, especialmente, agora que sabemos das carências e insuficiências que devem ser superadas, pelo mapa elaborado em nosso Projeto SIM - Direitos Humanos, da situação dos Direitos Humanos em cada região geográfica das subprefeituras paulistanas.

O papel do Município é importante e indispensável nessa luta, mas é preciso a colaboração de todos.

Por isso, por esse Relatório, dizemos o que estamos fazendo como um dever público de informação e pela esperança de muitos outros se juntarem à nossa causa dos Direitos Humanos.

1 - Introdução PÁG.10



2 - Balcão de Atendimentos PÁG. 11

- 2.1 - Perfil dos atendimentos em 2005 12
- 2.2 - Relato de três exemplos de casos do Balcão de Atendimento em acompanhamento 12
 - 2.2.1 - Caso 1 - Moradores de rua 12
 - 2.2.2 - Diálogo com a Polícia Militar 13
 - 2.2.3 - FEBEM 13



3 - Promoção de Políticas Públicas de Direitos Humanos PÁG. 14

- 3.1 - SIM - Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos 14
 - 3.1.1 - 2ª Etapa do SIM - Pesquisa quantitativa sobre Direitos Humanos 17
 - 3.1.2 - 3ª Etapa do SIM - O Monitoramento 17
- 3.2 - Campanha pelo Desarmamento 18
- 3.3 - Curso de Direitos Humanos para Guarda Civil Metropolitana 20
- 3.4 - Fórum Metropolitano de Segurança 22
- 3.5 - Administração Penitenciária 24
- 3.6 - Central de Penas e Medidas Alternativas 26
- 3.7 - Defensoria Pública 28
- 3.8 - PROCRIAM 29
- 3.9 - Conselho de monitoramento de políticas à população em situação de rua 31
- 3.10 - Grupo de Trabalho Intersecretarial sobre pessoas em situação de rua 32
- 3.11 - Programa Ação Família - Comissão Intersecretarial 33
- 3.12 - Conferência Estadual de Assistência Social 35
- 3.13 - Acompanhamento das ações da Secretaria Municipal de Serviços para os catadores de resíduos sólidos na cidade 35
- 3.14 - I Feira de Direitos Humanos de São Paulo 36
- 3.15 - Fórum de Profissionais do Sexo 38
- 3.16 - Aldeia do Jaraguá 39
- 3.17 - Saúde da População Negra 41
- 3.18 - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal 42
- 3.19 - Tráfico de Seres Humanos 43
- 3.20 - Subcomissão de Integração com Órgãos Públicos 45
- 3.21 - Homenagem ao Jornalista "Vladimir Herzog" 45





4 - Participação da Comissão Municipal de Direitos Humanos em Eventos
PÁG. 46

- 4.1 - Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 - Direito Humano à Comunicação **46**
- 4.2 - V Colóquio Internacional de Direitos Humanos **47**
- 4.3 - Conferência Municipal de Direitos Humanos **48**
- 4.4 - V Conferência Estadual de Direitos Humanos **48**
- 4.5 - Seminário sobre "Não-Violência" - Professor Jean Marie Muller **48**
- 4.6 - Palestra "Acolhimento e Compaixão" - Professora Jetsun Pema **49**
- 4.7 - "Da Cultura de Guerra para uma Cultura de Paz" - Dr. David Adams **49**
- 4.8 - Traslado da Ossada de Flávio Molina **50**



5 - Agenda do Presidente da CMDH PÁG. 53



6 - Aprimoramento e Consolidação Institucional da Comissão Municipal de Direitos Humanos PÁG. 58

- 6.1 - Quadro Funcional **58**
- 6.2 - Rubrica Orçamentária **58**
- 6.3 - Desenvolvimento da Base de Dados **59**
- 6.4 - Lei da Comissão Municipal de Direitos Humanos **59**



7 - Parcerias PÁG. 60

1. INTRODUÇÃO

Missão

Defender, proteger e promover os Direitos Humanos, bem como fomentar a inserção do tema nas políticas públicas do município.

Criada pela Lei 13.292, em seu artigo 238, publicada em 20 de dezembro de 2001. Foi instalada oficialmente em 11 de setembro de 2002.

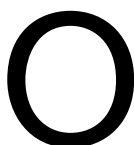
A CMDH é constituída por Presidente, Secretária Executiva, Secretário Adjunto, Núcleo Jurídico, Núcleo Psicossocial e Núcleo de Desenvolvimento de Projetos.

Como suporte técnico, a Comissão conta, ainda, com três assistentes administrativos, um auxiliar de gabinete e três motoristas, sendo dois GCMs, que fazem escala.

Para a orientação e acompanhamento dos casos foi instituído um Balcão de Atendimentos ao Munícipe. Reformulado pela atual gestão, este serviço visa abranger, além do simples encaminhamento da denúncia, o foco social ou político que a motivou. Não a consideramos um cartório de queixas ou amplificação de acusações, mas um instrumento de transformação da sociedade.

A CMDH trabalha em equipe, onde todos os temas são debatidos e executados em conjunto, tanto nas políticas públicas, como nos projetos e realização de eventos.

2. BALCÃO DE ATENDIMENTOS



Balcão de Atendimento, já existente, foi reformulado para aprimorar a relação com a população, tendo em vista que o atendimento é feito em conjunto pelos núcleos jurídico e psicossocial.

Cada caso é analisado pela equipe de forma individual, levando em consideração os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, de maneira que para cada um deles existe uma estratégia a ser seguida, uma análise ampla de qual seria o melhor encaminhamento.

Seguindo o princípio de trabalho em equipe, os núcleos passam a defender ou promover os Direitos Humanos envolvidos no caso apresentado.

A CMDH procurou instituir uma relação de diálogo com os órgãos que abrangem as soluções para questões relativas aos Direitos Humanos, como por exemplo a Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo para a solução de casos que envolvem violência cometida por policiais militares, da mesma forma com a Guarda Civil Metropolitana. Outros órgãos como o Ministério Público Estadual e Federal, as Subprefeituras e Secretarias Municipais são acionados quando sua participação é necessária para solução de conflitos em Direitos Humanos ou mesmo sua promoção.

O foco de atuação da CMDH, nos atendimentos do Balcão, está em orientar os munícipes quanto aos seus direitos e quais as medidas cabíveis para que possam exercer com autonomia sua cidadania.

Desta forma a CMDH tem obtido resultados consideráveis, aprimorando sua capacidade de inserir os Direitos Humanos como pauta importante no contexto social e político do município de São Paulo. Como meta para o próximo ano o Balcão pretende multiplicar o número de atendimentos, no intuito de que a população se aproprie do tema.

Perfil dos atendimentos em 2005

No ano de 2005 foram atendidos 610 casos. Sendo que 337 casos relacionam-se com a promoção e defesa dos Direitos Humanos, mediante ações preventivas, corretivas e reparadoras, de acordo com o artigo 2º da Lei 13.292/02. Foram registrados 273 casos de violações aos Direitos Humanos, dos quais 125 constituíam violações dos direitos civis e políticos (crianças e adolescentes ameaçados: 35 casos), 148 casos relativos a direitos econômicos, culturais e sociais, entre os quais se destacam 17 casos envolvendo crianças e adolescentes, 8 casos envolvendo idosos e 6 casos de agressões à mulher. A demanda mais representativa figurou entre direitos sociais, econômicos e culturais.

Relato de três exemplos de casos do Balcão de Atendimento em acompanhamento

Caso 1 - Moradores de rua

Caso de agressões e mortes de pessoas em situação de rua, em agosto de 2004. As investigações sobre os fatos foram concluídas em inquérito policial e foi oferecida denúncia em face de seis acusados (cinco policiais militares e um segurança) envolvidos no massacre que resultou na morte de 7 moradores de rua e 6 pessoas gravemente feridas. A denúncia foi rejeitada pelo MM. Juiz da I Vara do Júri da Capital, em 7 de novembro de 2005. A Comissão Municipal de Direitos Humanos vem acompanhando os fatos, teve acesso à denúncia e pedido de prisão preventiva, acompanhou Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e seu Presidente

manteve conversa específica com a cúpula do Ministério Público paulista. O Recurso em Sentido Estrito foi interposto pelo Ministério Público.

Diálogo com a Corregedoria da Polícia Militar

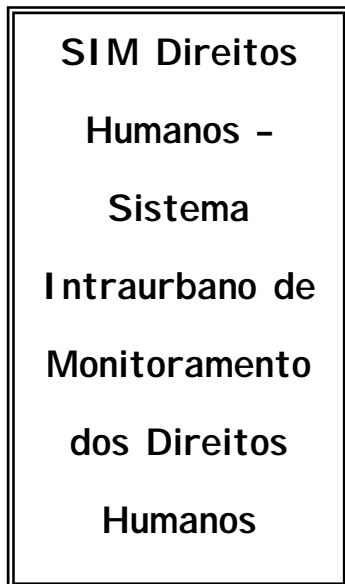
Cerca de 14 casos em atendimento na CMDH estão em investigação na Corregedoria da Polícia Militar. Em outubro de 2005, foi realizada reunião com o Corregedor da Polícia Militar, ocasião em que se iniciou contato e foram entregues ofícios solicitando informações sobre tais casos. Segundo esclarecimento do Corregedor, não é possível a CMDH acompanhar o andamento das investigações realizadas em inquérito policial militar, apenas ter conhecimento do parecer final e conclusão das investigações. Até o momento não recebemos respostas dos ofícios encaminhados.

FEBEM

A Comissão Municipal de Direitos Humanos recebeu, em 2005, denúncias de maus tratos e agressões ocorridas em unidades da FEBEM, em especial, relacionadas às unidades da Vila Maria I e III.

A CMDH encaminhou ofícios para a Promotoria de Infância e Juventude, Departamento de Execuções de Infância e Juventude (DEIJ) e Ouvidoria da FEBEM. Foram instaurados procedimentos verificatórios na Promotoria e no DEIJ. A CMDH acompanhou a Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e estudou melhor estratégia de atuação nesses casos para o exercício de 2006.

3. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS



No ano de 2005 a CMDH deu início a estruturação do observatório de Direitos Humanos. O observatório é composto pelo SIM Direitos Humanos, por uma pesquisa qualitativa (ver item abaixo) e por um trabalho de intervenção junto à população das subprefeituras que terá início em 2006.

O SIM Direitos Humanos - Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos é um sistema de indicadores para avaliar o nível de respeito aos direitos humanos na região de cada subprefeitura da cidade de São Paulo.

A proposta de realização do SIM Direitos Humanos surgiu da necessidade de se obter um diagnóstico da situação dos direitos humanos na cidade de São Paulo assim como dispor de um instrumento para monitorar a evolução da garantia destes direitos para embasar as propostas de ação e prioridades da Comissão Municipal de Direitos Humanos.

Mesmo reconhecendo a importância dos tradicionais relatórios narrativos da observância dos direitos humanos, a CMDH entendeu que era preciso obter uma medida objetiva, baseada em dados quantitativos, estruturados e oriundos de fontes oficiais.

Tendo em vista o expressivo contingente populacional (10.679.760 de habitantes) e a amplitude geográfica da cidade, para que tal diagnóstico fosse útil ao planejamento de intervenções, foi preciso considerar a diversidade de condições das distintas regiões administrativas do município.

As pesquisas prévias ao início do trabalho mostraram que instituições de renome nacionais e internacionais estavam discutindo e elaborando metodologias para mensurar de forma objetiva a garantia dos Direitos Humanos. Mas, ainda, no plano teórico, dentre tais instituições destacamos a Universidade de Harvard nos Estados Unidos da América; o projeto Metágora (Mensuração de democracia, direitos humanos e governança) coordenado pela Universidade Paris 21 na França e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (que com o apoio da Fundação Ford, elaborou o projeto piloto IPDH – Índice de Promoção dos Direitos Humanos). Nenhuma, porém, voltada para uma cidade específica.

Para a realização do SIM Direitos Humanos, a fim de definir o objeto de mensuração, a CMDH realizou uma análise teórica da legislação nacional e internacional – Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, demais convenções e tratados específicos. O intuito não era mensurar o processo de implementação das políticas públicas, nem casos específicos de violações, nem tampouco a disponibilidade de equipamentos públicos; mas sim o nível de respeito aos direitos humanos, ou seja, o impacto das políticas sobre a vida cotidiana dos cidadãos. O objetivo era encontrar indicadores para a maioria dos direitos expressos nestes documentos, bem como para grupos populacionais tradicionalmente mais vulneráveis e que necessitam de proteção especial.

Os indicadores escolhidos atenderam a 3 critérios:

- I. Ser referente a uma ou mais garantias de direito expressa em uma norma constitucional, pacto, convenção ou tratado internacional do qual o Brasil é parte;

- II. Ser aplicável à realidade intraurbana, isto é, ser mensurável por distrito ou por subprefeitura;
- III. Constituir uma informação de caráter permanente e periodicamente atualizável, a partir de fontes perenes de dados, sem a necessidade de realização de pesquisas de campo.

Com essa base, a CMDH elaborou uma proposta de um conjunto de indicadores e testou a disponibilidade de informações. Foram consultadas diversas secretarias municipais e instituições de produção de dados tais como IBGE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Os dados que alimentam o SIM Direitos Humanos foram fornecidos por estes órgãos. Adicionalmente foram feitas reuniões com especialistas e gestores públicos de forma a aprimorar a proposta inicial.

A versão final do SIM Direitos Humanos disponível para consulta na internet no portal da prefeitura (<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/cmdh>) conta com 32 indicadores divididos em 5 dimensões: sócio-econômica, violência, criança e adolescente, mulher e negro, que formam, em seu conjunto, um sistema para análise da garantia dos direitos humanos na cidade.

Na forma de mapas e tabelas o sistema apresenta uma visão global da cidade, classificando as 31 subprefeituras em cinco faixas de garantia dos direitos humanos. A forma de apresentação do SIM Direitos Humanos permite sucessivos aprofundamentos de informação e análise, servindo como uma ferramenta útil para o planejamento de intervenções na cidade de São Paulo.

O SIM Direitos Humanos apresenta um resultado sintético, na forma de um mapa global, mas também permite a consulta à amplitude das informações recolhidas, sem reduzi-las a um único índice estatístico. Ou seja, além do mapa geral dos direitos humanos, cada dimensão e cada um dos indicadores gera mapas específicos e tabelas, comparando as subprefeituras, sempre em cinco faixas de classificação. Assim é possível acessar o mapa da situação dos direitos humanos, que mostra a posição de cada subprefeitura no conjunto dos indicadores; o mapa da situação de cada subprefeitura nas 5 dimensões: sócio-econômica, violência, criança e adolescente, mulher e negro, com os respectivos indicadores; e os mapas temáticos de cada um dos 32 indicadores. Tal como concebido, o SIM Direitos Humanos não mede diretamente serviços oferecidos ou violações específicas de direitos humanos – questões mais

afeitas à produção de relatórios. Considerado como sistema de monitoramento, seu objetivo é avaliar a garantia de direitos por meio da situação real da população em cada subprefeitura. É pelos dados observados que se pode verificar se os serviços e ações existentes estão ou não gerando os efeitos esperados. Para exemplificar, do ponto de vista do monitoramento trata-se de medir o grau de evasão, reprovação, defasagem e analfabetismo, e não a existência de escolas. Onde os indicadores revelarem problemas, será preciso verificar por novo levantamento se há escolas suficientes, se as escolas existentes estão cumprindo seu papel e o porquê da situação apresentada.

2ª Etapa do SIM – Pesquisa Qualitativa sobre Direitos Humanos

Assim como o SIM Direitos Humanos a pesquisa qualitativa sobre a percepção sobre Direitos Humanos da população faz parte do observatório de Direitos Humanos, cuja estrutura se iniciou em 2005.

A pesquisa terá por objetivo conhecer as percepções de diferentes segmentos da sociedade sobre a questão dos *Direitos Humanos*, a fim de dar subsídios para a elaboração de campanhas de esclarecimento sobre o tema, bem como orientar a definição de estratégias de intervenção junto à população das subprefeituras da cidade de São Paulo.

Em 2005 a CMDH definiu o escopo e a metodologia da pesquisa que ouvirá segmentos representativos da sociedade paulistana. A pesquisa, a ser realizada no início de 2006, se valerá de técnicas de discussões em grupo, tríades e entrevistas individuais.

3ª Etapa do SIM – O Monitoramento

Tomando-se por base o SIM-DH e a pesquisa de opinião realizada pela CMDH serão contatadas as subprefeituras que, pelo levantamento da Coordenadoria de Participação Social, estejam executando ações diretas de participação da população local. Nas subprefeituras em que tivermos a anuência e o interesse do subprefeito serão trabalhados temas de Direitos Humanos e políticas públicas nos espaços de participação que estiverem em funcionamento.

**Campanha
pelo
Desarmamento**

A Comissão Municipal de Direitos Humanos teve uma importante participação na Campanha pelo Desarmamento na cidade de São Paulo. O evento que lançou a campanha no município, realizado no dia 14 de fevereiro, na praça da Sé, contou com a participação da CMDH e simbolizou o compromisso deste órgão e do prefeito José Serra em difundi-la.

Para o cumprimento desta tarefa a CMDH realizou entre outras ações:

- Elaboração de uma cartilha com “100 motivos para entregar sua arma”, inserção da campanha no portal da Prefeitura e da CMDH e o projeto denominado “contagem regressiva”, que consistia em publicar diariamente, por 73 dias consecutivos, no Diário Oficial e enviar por correio eletrônico para cerca de 30.000 servidores e 600 instituições do 3º setor, um argumento pelo desarmamento. Os pontos priorizados pela campanha foram o recolhimento das armas em Postos da Prefeitura e a conscientização da população sobre a importância do referendo, abrangendo o Estatuto do Desarmamento e os índices de violência provocada por arma de fogo.
- Foi realizado o Seminário “Desarmamento: Importância e Impactos”, no Edifício Matarazzo, tendo como público alvo funcionários municipais,

profissionais da área de segurança, sociedade civil e igrejas, que teve como objetivo a formação de multiplicadores para a campanha.

- Nos Jogos da Cidade e nos Jogos Escolares, importantes competições do esporte amador e escolar da capital, o tema foi inserido com desfile de faixas, entrega de botons, postos de recolhimento e destruição de armas.
- Em parceria com o Sindicato dos Professores, Instituto Sou da Paz e Oboré foi confeccionado e distribuído a professores e alunos material de apoio, como DVDs e cartilhas, o que visava proporcionar maior reflexão nas escolas sobre a violência armada no Brasil.

A CMDH teve participação direta em 58 ações: entrevistas, debates, reuniões, fóruns, seminários, encontros e palestras.

Embora a vitória indiscutível do “Não”, não podemos perder de vista que todas estas realizações contribuíram para a formação de uma corrente de 33 milhões de pessoas cujos valores primam pela luta contra a violência, segurança, desarmamento, justiça e liberdade, que prosseguirá no exercício dos Direitos Humanos.

**Curso de
Direitos
Humanos e
Direito
Internacional
Humanitário
para Forças
Policiais e de
Segurança
ministrado para
a Guarda Civil
Metropolitana**

A Lei que institui a CMDH, prevê em seu artigo 4º, recomendar a inclusão de matéria relativa aos Direitos Humanos, nos currículos de formação dos integrantes de Guarda Civil de São Paulo.

Visando o cumprimento desta atribuição, a CMDH juntamente com o comando da Guarda Civil Metropolitana (GCM), optou pelo curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para forças policiais e de segurança elaborado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Este curso foi introduzido no Brasil em 1998, pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça. O CICV é conhecido, principalmente, por atividades de proteção humanitária e assistência em situações de conflito armado. Por este motivo, promove o respeito pelas regras do direito internacional humanitário

junto aos integrantes das forças armadas. É fundamental que as forças policiais e de segurança conheçam os mecanismos necessários para o melhor desempenho da função. O curso é capaz de ampliar o conhecimento dos encarregados pela aplicação da lei, fazendo com que estes aprendam, inclusive na prática, a maneira universalmente correta de abordagem e de tratamento para com os demais seres humanos.

Desta forma, e levando em consideração a recente instituição da GCM, a CMDH, dentro de suas prerrogativas, solicitou ao CICV que o curso fosse ministrado àquela corporação.

Após a aprovação do Comitê, buscou-se o apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), que colaborou com o evento, indicando instrutores capacitados, para a formação de novos multiplicadores na Guarda Civil Metropolitana.

A parceria entre o CICV, CMDH, GCM e PMESP, formou 24 multiplicadores, responsáveis em disseminar os conhecimentos na Corporação. O encerramento do curso deu-se em 10 de dezembro do corrente ano, dia da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, com entrega de certificados, na 1ª Feira de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, realizada pela Comissão Municipal de Direitos Humanos.

**Fórum
Metropolitano
de Segurança**

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública foi criado em março de 2001 e reúne, de forma suprapartidária, os 39 prefeitos da grande São Paulo, ao lado de especialistas, representantes da sociedade civil, governo do estado e governo federal. O intuito do Fórum é discutir, propor, avaliar, e apoiar ações voltadas à redução da violência na Grande São Paulo.

O Fórum é subdividido em 4 grupos de trabalho temáticos:

- Informações Criminais;
- Guardas Municipais;
- Controle da Criminalidade e
- Prevenção à Violência e Comunicação Social.

Em plenária são eleitos o coordenador geral e os prefeitos coordenadores dos grupos de trabalho (GTs).

O Fórum tem como objetivos específicos:

- reduzir os homicídios nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP);
- aumentar e aperfeiçoar a comunicação, a troca de informações e a integração entre as prefeituras, as polícias estaduais e a comunidade na área de segurança pública;

- aumentar e aperfeiçoar a divulgação das ações integradas e dos resultados obtidos conjuntamente na melhoria da segurança pública da região metropolitana de São Paulo.

Ficou estabelecida, para o grupo da prevenção à violência, a realização de cursos e seminários, objetivando a formação de gestores municipais de políticas e programas de prevenção do crime e da violência; a articulação na promoção da segurança pública, bem como o debate sobre o desarmamento nos municípios.

Administração Penitenciária

A CMDH participa do Projeto de Melhorias do Sistema Penitenciário e do curso de Administração Penitenciária - Uma Abordagem de Direitos Humanos, em agosto de 2005; dos módulos I e II (Análise de Lacunas e Planejamento Estratégico), fruto de uma parceria entre a Embaixada do Reino Unido e o Departamento Penitenciário Nacional, da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça do Brasil.

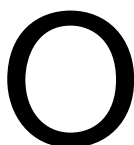
O objetivo da participação de integrantes externos à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) deve-se às características do projeto, que além de investir nos servidores penitenciários e na implantação de uma abordagem de Direitos Humanos nos presídios, necessita de parcerias com a sociedade civil para a sua implantação e monitoramento.

Após o término dos módulos I e II foi formado um grupo de estudos com integrantes da SAP e da sociedade civil, que se reúne quinzenalmente, na Escola de Administração Penitenciária da Secretária de Administração Penitenciária (EAP/SAP), para estudos, discussão e planejamento das

estratégias de implantação dos padrões de Direitos Humanos, em 6 unidades prisionais da Capital e interior de SP.

Visando a preservação dos Direitos Humanos dos presidiários, a CMDH trabalha no sentido da revogação do Decreto que institui a cobrança de INSS sobre o trabalho dos presos, bem como a criação de um projeto de lei que vise a remissão de pena por estudo.

**Central de
Penas e
Medidas
Alternativas**



Programa de Penas e Medidas Alternativas é uma ação da Secretaria de Administração Penitenciária destinado a apoiar o Poder Judiciário na aplicação de penas fora do sistema prisional. Tem como prioridade amenizar a violência, diminuir a taxa de reincidência, assim como o cumprimento de medida no âmbito de um processo educativo e socializador. É um processo descentralizador de política pública, onde a sociedade e a comunidade em acordo com o Poder Executivo e o Judiciário participam do processo, orientando e apoiando os indivíduos em conflito com a Lei.

Em Novembro de 2005 foi assinado um convênio entre a Comissão Municipal de Direitos Humanos e a Secretaria de Administração Penitenciária, para instalação na CMDH, de um projeto piloto de uma Central de Penas e Medidas Alternativas, com recorte de gênero, para atendimento somente à mulheres inclusas no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos está atuando junto com a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras na instalação de cinco Centrais de Penas e Medidas Alternativas na Capital, uma em cada

região da cidade. Tal formalização ocorrerá por meio de um convênio entre o município e o Estado de São Paulo.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) assinou convênio com o Núcleo de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) no dia 08 de Setembro de 2005, e passou a ser local de cumprimento de penas e medidas alternativas através da Lei 9.099/95, de crimes de baixo potencial ofensivo.

Os prestadores de penas e medidas alternativas prestam serviço gratuitamente na Prefeitura Municipal de São Paulo, na Comissão, trabalhando em tarefas menos especializadas.



**Defensoria
Pública**

O projeto de lei para criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi apresentado pelo Governador no início de 2005. Representantes do Movimento pela Defensoria Pública se reuniram com José Gregori, presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos, a fim de impulsionar a aprovação do projeto de lei ainda este ano.

**PROCRIAM -
Programa de
Proteção à
Crianças e
Adolescentes
Ameaçados de
Morte na Cidade
de São Paulo**

Este programa é uma parceria tripartite entre a CMDH, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) para o estabelecimento do PROCRIAM – Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte. Seu objetivo principal é a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte, incluindo aqueles aos quais é atribuída a prática de atos infracionais, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura.

O convênio entre SEDH, SMADS e CMDH para execução do PROCRIAM foi firmado 2004 (convênio 072/2004). Em dezembro deste mesmo ano uma

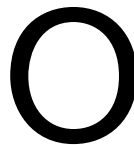
organização da sociedade civil foi selecionada e contratada para a execução do programa.

Em 2005, devido a ajustes financeiros na mudança de gestão e a problemas técnicos não houve atendimento de casos durante os três primeiros meses do ano. Em 1º de abril a organização da sociedade civil responsável pelo convênio pediu a sua exclusão do programa.

Tal fato, somado aos problemas técnicos identificados no início do ano, levaram SMADS e CMDH a trabalhar na reformulação do programa, afinal, aceita pela área federal e objeto de novo convênio.

A partir de novembro a cidade conta com o primeiro programa especializado de proteção à crianças e adolescentes ameaçados de morte, numa primeira fase de verificação concreta das realidades subjacentes à proteção desejada.

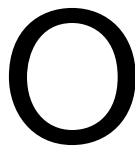
**Conselho de
Monitoramento
de Políticas
para a
População em
Situação de
Rua**



Conselho de Monitoramento de políticas para a população em situação de rua, foi criado por lei municipal em maio de 2003. Visa facilitar o acompanhamento da implementação da lei 12.316 de 1997, que obriga o poder público a atender esta população, assim como o acompanhamento da sociedade civil, do legislativo e de outras secretarias da execução destas políticas.

Em julho de 2005, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), reativou o Conselho de Monitoramento convidando novos conselheiros a tomarem assento, conforme representatividade definida em lei. A CMDH foi convidada para este Conselho, visando promover os Direitos Humanos na política municipal de atenção à população em situação de rua. Desde julho o Conselho de Monitoramento se reuniu seis vezes.

**Grupo de
Trabalho
Intersecretarial
sobre Pessoas
em Situação de
Rua**



Grupo de Trabalho Intersecretaria para elaboração das diretrizes da política intersetorial de atenção às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo é composto por representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal do Trabalho, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Comissão Municipal de Direitos Humanos, Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Especial de Participação e Parceria. O Grupo de Trabalho iniciou os trabalhos no final de outubro de 2005, realizando reuniões semanais para elaboração de uma política de atenção à população em situação de rua. A Comissão faz parte do grupo de trabalho, como Coordenadora.

**Programa Ação
Família -
Comissão
Intersecretarial**

O programa Ação Família dirige-se prioritariamente à população mais vulnerável da cidade e considera que os investimentos públicos no campo da assistência social serão mais produtivos se focados e articulados, de modo a criarem uma sinergia, que possibilite ampliar o acesso desta população à rede de serviços, visando o rompimento do círculo vicioso da pobreza e vulnerabilidade social, substituindo-o por um círculo virtuoso que conduza à situações auto-sustentáveis. A unidade de ação é a família.

A meta de atendimento é de 30.000 famílias em 9 subprefeituras: Campo Limpo, M'Boi Mirim, Parelheiros e Capela do Socorro (Zona Sul); Cidade Tiradentes, Guaianazes, e São Mateus (Zona Leste); Freguesia do Ó, Brasilândia (Zona Norte); e Butantã (Zona Oeste).

Neste sentido foi criada uma Comissão Intersecretarial, enfatizando a importância de estabelecer parcerias e uma articulação entre os serviços e programas das diferentes secretarias municipais.

A CMDH participa desta comissão intersecretarial, disponibilizando o balcão de atendimentos, a mediação e a interlocução da sociedade civil com órgãos governamentais, além de articular a promoção da intersetorialidade entre todas as secretarias.

Conferência Estadual de Assistência Social

A CMDH participou da V Conferência Estadual de Assistência Social, indicando uma delegada. Temas mais tratados e votados: A implantação e funcionamento da SUAS, Sistema Único da Assistência Social e o aumento de verbas na área da assistência social. A definição das reivindicações e votações nessa Conferência se deu na Conferência Nacional, que ocorreu do mês de dezembro do corrente ano.

Foi acordado que posteriormente os delegados enviariam relatório, para confirmar as votações no âmbito municipal e estadual.

Acompanhamento das ações da Secretaria Municipal de Serviços para os catadores de resíduos sólidos na cidade

A CMDH acompanhou no 2º semestre de 2005, uma série de reuniões coordenadas pela Secretaria Municipal de Serviços com catadores de resíduos sólidos, ONGs e Fóruns.

Tais reuniões tinham por objetivo apresentar a proposta da secretaria, negociar sua implantação com os catadores, bem como mapear as diferentes formas de organização e gestão dos resíduos existentes na cidade. Foram feitos encontros abertos com os catadores avulsos, com grupos que reuniam até 15 pessoas, grupos de mais de 15 pessoas e com as cooperativas conveniadas.

**I Feira de
Direitos
Humanos de
São Paulo**

O evento teve como principal objetivo fornecer à população da região Sul o conhecimento e apoderamento dos serviços, principalmente públicos, existentes em seu território.

A participação dos órgãos públicos nesse tipo de evento é primordial, por isso contamos com a participação das subprefeituras da região, entre outros. Fortalecendo o exercício da cidadania. Com esta ação pretendem-se melhorar a qualidade de vida da população, estimulando a busca e a realização de ações integradas no interesse comum.

A CMDH contou com a presença de alguns parceiros: Companhia de Processamento de Dados do Município (PRODAM), Poupa-Tempo, Companhia de Engenharia de Tráfico (CET), Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Participação e Parceria, Coordenadoria da Mulher, Coordenadoria de Participação Social, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Verde, CEU Cidade Dutra, Secretaria da Cultura do Estado, Projeto Tesourinha, Escola de Ensino Método e Clínica de Massagem Edinho.

Algumas ações foram desenvolvidas, tais como: Oficinas de DST/AIDS, distribuição de camisinhas, exames laboratoriais, avaliação nutricional, medição de pressão arterial, emissão de carteira profissional, emissão de registro de nascimento, balcão de emprego focado na Zona sul, participação do projeto escreve cartas, massagem anti-estresse, avaliação de postura, acesso gratuito a Internet, corte de cabelos, maquiagem, depilação de buço e axilas, trança, limpeza de pele, grupos de dança, grupo de teatros de rua, capoeira e vários grupos musicais. Passaram pelos portões da Feira cerca de duas mil pessoas.

**Fórum de
Profissionais
de Sexo**

A CMDH, desde o final de 2004, participa de encontros mensais do Grupo denominado Trabalho de Profissionais de Sexo da área temática de DST/AIDS.

A parceria facilitou o entendimento de questões relativas aos Direitos Humanos da população alvo, com uma troca promissora entre a ótica dos Direitos Humanos e a da Saúde, fortalecendo uma abordagem voltada também para questões sociais, de cidadania e relações de gênero.

Com esta preocupação de inserção nas questões relativas ao tema, a CMDH participou do II Fórum Municipal de DST/AIDS enviando sua psicóloga como delegada, para acompanhar as propostas voltadas às populações de rua, indígenas, profissionais de sexo e encarcerados.

A CMDH procura facilitar o acesso a instâncias públicas àqueles que demandam maior atenção. Neste sentido, acredita que o foco em 2006 deverá estar voltado para discussões sobre possíveis dificuldades de implementação de políticas públicas que envolvam a Segurança Pública.

**Aldeia
do
Jaraguá**

Após o recebimento de queixa sobre a precariedade da situação dos índios do Jaraguá, em evento realizado em setembro de 2005, a CMDH realizou pesquisas, contatos e visitas à Subprefeitura de Pirituba e à Aldeia do Jaraguá.

Foi realizada uma reunião na Comissão Municipal de Direitos Humanos, no dia 17 de outubro, onde estavam presentes: Dr. Jose Gregori, Dr. Ailton de Lima Ribeiro, Subsecretario da Secretaria Municipal de Saúde, técnicos da CMDH, técnicos responsáveis por ações relativas à população indígena: Saúde, Educação, Subprefeitura de Pirituba, e índios, quando discutiu-se a morte de uma criança e de dois natimortos na aldeia.

Decidiu-se que a ação da CMDH seria direcionada em acionar o Ministério da Justiça para solucionar três questões mais urgentes:

- O repasse da verba de saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a Secretaria Municipal de Saúde;

- A demarcação e ampliação das terras indígenas do Jaraguá;
- A solicitação de mudança de localização do posto da (Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atualmente em Bauru, para a área mais próxima da Capital (Santos).

A questão do repasse das verbas foi resolvida. O pedido de transferência de localização do posto da FUNAI encontra-se em fase de estudos. A solicitação da demarcação das terras indígenas, foi reiterada pela CMDH, em novembro de 2005, tendo em vista que não foi atendida.

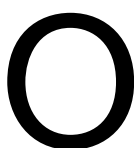
A demarcação das terras, o equacionamento dos problemas de segurança e do local, bem como as condições sociais (moradia, trabalho e saúde) dos índios do Jaraguá, demandam atenção e trabalho estratégico do Poder Público, cuja atuação muitas vezes encontra-se pulverizada em ações parciais.

**Saúde
da
População
Negra**

A Coordenaria do Negro e a Coordenação de Desenvolvimento de Políticas Públicas da Saúde, reuniram-se na CMDH com diversas autoridades de notório saber no assunto, para discutir e sugerir a formação de um Comitê Assessor de Política e Consensos Técnicos de Saúde da População Negra.

O objetivo do Comitê é apoiar a Secretaria Municipal de Saúde na articulação de seus órgãos com a sociedade civil e demais setores que o compõem, a fim de contribuir na formulação das diretrizes e prioridades de ação no âmbito da saúde da população negra, respeitando e fortalecendo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. A proposta está em estudo.

**IBAM -
Instituto
Brasileiro de
Administração
Municipal**

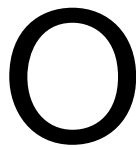


IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – uma organização da sociedade civil carioca de apoio aos municípios trabalha com o tema de gestão pública e direitos humanos desde 1996.

No segundo semestre de 2005 a Comissão Municipal de Direitos Humanos apoiou o IBAM no lançamento em São Paulo do livro Gestão Publica Municipal e Direitos Humanos. Este livro é o resultado parcial de um projeto financiado pela Fundação Ford que capacitou gestores públicos de direitos humanos em 5 regiões metropolitanas de diferentes unidades da federação. O livro aborda os dois Planos Nacionais de Direitos Humanos existentes no país, fazendo uma análise comparativa destes instrumentos, relata o resultado das oficinas realizadas e avalia as distintas alternativas para a institucionalização dos direitos humanos nas administrações municipais.

A segunda fase do projeto desenvolvido pelo IBAM, será o apoio técnico do IBAM a dois municípios brasileiros. São Paulo, por ser um dos poucos locais que já conta com um órgão governamental voltado para os direitos humanos, foi um dos municípios escolhidos. O projeto terá início em 2006 e a cidade contará gratuitamente com capacitações e consultoria especializada para a área.

**Tráfico
de
Seres
Humanos**



Comitê Paulista de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos é uma instância colegiada, com a participação da Comissão, sem personalidade jurídica, que reúne pessoas e instituições públicas e privadas interessadas em contribuir, direta ou indiretamente, para a prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos no Brasil, em especial, no Estado de São Paulo.

O Comitê tem por objetivo incentivar o desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos, em qualquer de suas modalidades, tais como:

- Facilitar a aproximação entre diversas instituições públicas e privadas que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos, mediante a integração e a formação de redes sistêmicas de ações;
- Identificar oportunidades e propor ações integradas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos;
- Monitorar, de forma sistemática, as políticas nacional e estadual de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos;

- Realizar debates, oficinas, seminários e outros eventos relacionados ao tráfico de seres humanos e a estratégias para a sua superação;
- Estimular o desenvolvimento de publicações, estudos e pesquisas sobre o tráfico de seres humanos, em qualquer de suas modalidades;
- Manifestar-se sobre temas e acontecimentos relacionados, direta ou indiretamente, ao tráfico de seres humanos;
- Estabelecer vínculos de cooperação com outras instituições nacionais e internacionais que atuam na área.

No ano de 2005, as reuniões foram realizadas para composição do Comitê e desenvolvimento de dois eventos previstos para o mês de agosto, um ocorreu em São Paulo, na Secretaria da Justiça do Estado e o outro em Recife.

Tal Comitê funciona no prédio da Comissão.

Conselho Estadual de Direitos Humanos / Subcomissão de Integração com Órgãos Públicos da Polícia Militar

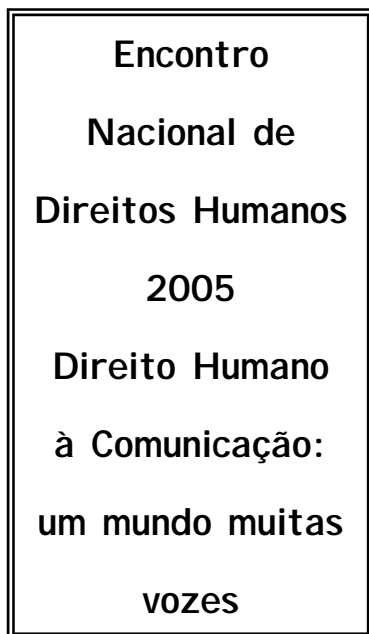
Como membro da Subcomissão de Integração com órgãos públicos do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Polícia Militar, a CMDH auxilia na articulação das parcerias com órgãos públicos municipal, estadual e federal, visando formação de uma rede de serviços, que dará suporte para as forças policiais nos encaminhamentos dos casos.

A rede de serviços ficará disponibilizada, a partir desse ano, via Internet, à todas as polícias e comunidades em geral, procurando esclarecer as funções e as características de cada serviço prestado pelo órgão.

Homenagem ao Jornalista “Vladimir Herzog” - Sala Vladimir Herzog

Em outubro a CMDH descerrou placa em homenagem à vida, sonhos e projetos do jornalista Vladimir Herzog, dando ao salão principal, seu nome. O jornalista, teatrólogo e professor da Universidade de São Paulo morreu aos 38 anos dando visibilidade as ofensas da Ditadura Militar aos Direitos Humanos.

4. PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS EM EVENTOS



Entre os dias 17 e 18 de Agosto de 2005 a CMDH participou em Brasília do Encontro Nacional de Direitos Humanos, cujo tema foi o direito humano à comunicação. O evento contou com uma mesa de abertura composta por Marco Antônio Rodrigues Dias (Universidade das Nações Unidas, José David Salomão Amorim (IESB), Murilo César Ramos (Lapcom – Universidade de Brasília, Cecília Peruzzo (Itercom), Luiz Gonzaga Motta (Núcleo de estudos de mídia e política – UnB) e, Ilyne Lopes (presidente da comissão de DH da

câmara dos deputados). Nesta mesa discutiu-se a história do direito à comunicação e os distintos instrumentos e documentos existentes para assegurá-lo.

A CMDH participou do painel o “Estado Federal e a implementação dos tratados sobre Direitos Humanos” que teve como debatedores Dr. Eugênio Aragão (assessor de DH da procuradoria), Dra. Flávia Piovesan (CDDPH), Renata Belison (subsecretaria de Direitos Humanos), Francisco Salles (Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça) e Geraldo Thadeu (deputado pelo PPS-MG). Neste painel discutiu-se o papel e a responsabilidade dos estados na implementação dos tratados, bem como a federalização dos crimes de Direitos Humanos.

A CMDH participou, ainda, do grupo de trabalho de avaliação de políticas públicas e Direitos Humanos, coordenado pelo Fórum Nacional de Direitos Humanos e pelo INESC. A base do trabalho deste grupo foi uma nota técnica, preparada pelo INESC, avaliando a execução orçamentária da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. O principal resultado deste GT foi o acordo entre sociedade civil e governo, para que os dados relevantes relativos aos programas e projetos de direitos humanos, fossem disponibilizados com maior facilidade.

V Colóquio Internacional de Direitos Humanos

“Diálogo Sul-Sul para fortalecer os Direitos Humanos” – realizado em São Paulo, de 8 a 15 de outubro de 2005, organizado pela Conectas Direitos Humanos e pela SUR - Rede Universitária de Direitos Humanos – reuniu cerca de 60 ativistas de direitos humanos de diversos países do hemisfério sul (América Latina, África e Ásia). A Comissão Municipal de Direitos Humanos, em parceria com Ação Educativa e Conectas Direitos Humanos, participou da coordenação do Grupo de Trabalho sobre Acesso à Justiça.

Conferência Municipal de Direitos Humanos

Foi realizada em 05 de novembro de 2005, na Câmara Municipal de São Paulo. Organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, pela Comissão Municipal de Direitos Humanos e pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, a conferência contou com a participação de mais de 150 pessoas, que avaliaram o Programa Estadual de Direitos Humanos, em preparação à V Conferência Estadual de Direitos Humanos.

V Conferência Estadual de Direitos Humanos

Esta conferência foi realizada de 09 a 11 de dezembro de 2005, organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana/CONDEPE e Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. A V Conferência Estadual de Direitos Humanos teve como tema “Análise e Avaliação do Programa Estadual de Direitos Humanos” e contou com a participação de 977 pessoas (365 representantes eleitos em conferências regionais preparatórias). O Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos foi um dos oradores da abertura e colaborou na organização da sistematização dos relatórios regionais preparatórios e temáticos, assim como coordenou o grupo de trabalho sobre Implementação e Monitoramento de Políticas de Direitos Humanos.

Seminário sobre “Não-Violência” - Professor Jean Marie Muller

A CMDH em parceria com Instituto Palas Athena realizou em novembro um Seminário Internacional, com o Professor Jean-Marie Muller, que teve como tema: “Em direção a uma cultura de não-violência – abordagens à filosofia da não-violência e à estratégia da ação não-violenta”. Muller é formado pela Sorborne em filosofia e membro fundador do MAN – Movimento por uma Alternativa Não-Violenta. Também é diretor do Instituto de Pesquisas sobre

Resolução Não-Violenta de Conflitos – IRNC – sediado na França, e autor de 27 livros sobre o tema.

Palestra “Acolhimento e Compaixão” – Professora Jetsun Pema

A CMDH em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e a Associação Palas Athena, realizou em outubro a palestra “Acolhimento e Compaixão – atitudes fundantes de uma convivência pacífica”.

Ministrada pela Professora Jetsun Pema, considerada a “Mãe do Tibet” e premiada na Itália com o título “Mulher de Coragem”, a palestra ocupou os 300 lugares do auditório.

Pema é presidente da Organização Aldeias para Crianças Tbetanas – ACT, uma das mais bem sucedidas instituições tibetanas no exílio, e também membro do corpo diretivo do SOS Aldeias Infantis.

Recepcionada pelo Dr. José Gregori, presidente da CMDH, a professora demonstrou que o respeito conquistado mundialmente, se deve a sua postura pluralista e humanista.

Transição da Cultura de Guerra para uma Cultura de Paz: Tarefa Prioritária para o Século XXI – Dr. David Adams

A CMDH em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e a Associação Palas Athena, realizou palestra no auditório da Prefeitura em janeiro de 2005, com o Dr. David Adams – um dos principais articuladores da década internacional da Cultura de Paz da UNESCO – encarregado de elaborar o relatório sobre os avanços e retrocessos alcançados nos últimos 5 anos. Durante a palestra o Dr. David Adams, em sua segunda visita ao Brasil, analisou a cultura de guerra em que ainda vivemos e as suas razões. “A guerra é uma instituição”, afirmou. Segundo o professor, há um longo caminho até a paz e ainda estamos começando a aprender.

Traslado da ossada de Flávio Molina

Após 34 anos, a família de Flávio Molina, militante preso e torturado pela Ditadura Militar, pode enterrar seu filho. Presos políticos, afirmam que ele foi morto sob torturas no dia seguinte a sua detenção, em 06 de setembro de 1971, contestando a versão oficial de que ele teria sido morto ao reagir à prisão.

Com a colaboração da CMDH na obtenção da esfinge e no traslado da ossada, a família de Flávio Molina enterrou-o com dignidade.



Listamos abaixo outros eventos nos quais a CMDH esteve presente, visando a promoção dos Direitos Humanos:

- Oficina em Perus – “Violência e Direitos Humanos”;
- Fórum Estadual dos Profissionais do Sexo no Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS de São Paulo (GAPA/SP);
- Evento de Comemoração ao Dia do Assistente Social, realizado no Hospital Ipiranga;
- Oficina no Centro de Integração e Cidadania Sul (CIC) - “Acesso à Justiça”;
- Oficina da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) – Oficina para capacitação de Agentes Sociais em “Direitos Humanos e População em situação de rua”;
- Curso de capacitação de Agentes Sociais da SMADS;
- Palestra sobre instrumentos de proteção em Direitos Humanos;
- Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) – “Jovens transferidos da FEBEM da capital, para a Penitenciária de Tupi Paulista”;
- Audiência Pública na ALESP – “Campanha Nacional de Violência contra a Mulher”;
- Encontro com o Sr. Valdir Sassi (coordenador do Projeto de prestadores de serviços gratuitos à comunidade) – Fundação para o desenvolvimento da educação;
- Seminário Municipal da Mulher com Deficiência;

- Audiência Pública na ALESP – Falta de Projeto Pedagógico e Rebeliões expõem grave crise na FEBEM;
- Seminário de Participação “todos por São Paulo”;
- Dia Mundial em apoio às vítimas de tortura;
- Curso na Justiça Federal – “Mudanças no INSS”;
- Curso de Capacitação e Mediação;
- Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança Pública;
- Curso de Direitos Humanos e direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- Encontro Nacional de Direitos Humanos em Brasília;
- Seminário sobre o Tráfico de Seres Humanos;
- Conferência Municipal de Assistência Social;
- Abertura oficial do Curso Mulher Cidadã, na Universidade São Judas Tadeu;
- Curso de Direito Penal e Mulher, realizado na Universidade de São Paulo (USP);
- Colóquio Internacional de Direitos Humanos, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP);
- Participação no Comitê Inter-institucional, constituído pela sociedade civil, contra o Tráfico de Seres Humanos, exploração sexual e comércio de órgãos;
- Participação na IV Conferência Municipal dos Direitos Humanos da Criança;
- Evento de lançamento da Revista da ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa: balanço sobre os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na ALESP;
- Realização de oficinas para egressos e seus familiares, com o intuito de facilitar a re-inserção social;
- Fórum Municipal de Direito e Diversidade;
- Os Direitos Humanos e a Administração Pública no enfrentamento do Combate à Violência – o maior desafio da Brasil no Século XXI;
- As questões étnico-raciais na perspectiva dos Direitos Humanos, realizado na Universidade São Francisco.

5. AGENDA DO PRESIDENTE DA CMDH

Principais compromissos da agenda do Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos em 2005:

- Visita do Prefeito José Serra na CMDH;
- Despachos com o Secretário Aloysio Nunes Ferreira;
- Reunião com Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), a fim de estabelecer várias parcerias;
- Visita da Cônsul do Canadá;
- Lançamento do relatório das armas de fogo, com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), Instituto São Paulo Contra à Violência (SPCV) e Guarda Civil Metropolitana (GCM);
- Palestra David Adams – SVMA – Palas Atenas – UNESCO
- Visita à Secretária Mara Gabrili;
- Visita Maria Helena Gasparian – Secretária das Relações Internacionais;
- Entrevista Folha de São Paulo;
- Entrevista Jornal TV Cultura;
- Visita Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), para formalização de parcerias;
- Formalização de parceria com a UNESCO;
- Campanha do Desarmamento, na Praça da Sé, com a presença do Prefeito José Serra;
- Lançamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Folha SP, Globo e UNESCO;
- Entrevista Metrô News;
- Reunião de parceria UNESCO – CMDH com Oscar Vilhena e Âmbar de Barros;

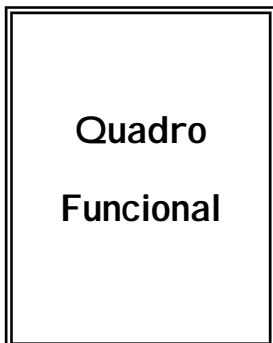
- Entrevista CONECTAS / SUR. Pres. Oscar Vilhena Malak Popovic;
- Visita do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM);
- Firmada parceria com Programa Estadual de Proteção a Testemunhas (PROVITA);
- Formalização de parceria Secretaria Municipal de Participação e Parceria;
- Comitê de Tráfico de Seres Humanos;
- Entrevista Jornal ABC;
- Participação do Ministro José Gregori no Fórum Metropolitano de Segurança;
- Recebeu prêmio da polícia de Pernambuco, em Recife;
- Fundação Getúlio Vargas;
- Entrevista para a Anistia Internacional com Sede em Londres, por telefone – BBC Brasil;
- Encontro com Vereador José Aníbal;
- Rádio Cultura AM – Direitos Humanos;
- Reunião do Comitê de desarmamento – Referendo;
- Visita do representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Dr. Elci Pimenta;
- Reunião do fórum Metropolitano de Segurança;
- Mesa sobre Federalização dos Crimes de Direitos Humanos;
- Programa Roda Viva com o então Secretário de Justiça, Dr. Alexandre de Moraes;
- Encontro com o Vereador Ricardo Montoro;
- A Secretária Mara Gabrilli firma parceria com CMDH;
- Encontro com Secretário Valter Feldman;
- Homenageado pela Prefeitura de Jundiaí;
- Visita VIVA RIO – curso de Polícia Cidadã;
- Visita de Anália Ribeiro – Presidente do Instituto Latino-Americano de Direitos Humanos (ILADH) – Recife;
- Aula inaugural do Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Engenharia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP);
- Visita de formalização de parceria com o Núcleo de Violência da USP;
- Entrevista TV Câmara;

- Reunião com Dr. Eduardo Szasi;
- Reunião com Guilherme Afif Domingues, juntamente com o Padre Júlio Lancelloti;
- Palestra no CEU “Pêra Marmelo” sobre ética e cidadania;
- Reunião com Secretário Floriano Pesaro para discutir Programa “Não dê esmola, dê futuro”;
- Programa TV Alphaville;
- Evento no auditório Freitas Nobre – Câmara dos Vereadores – “Campanha do Desarmamento”;
- Gravação de programa – TV Justiça;
- Representação do Prefeito na Caminhada do Padre Julio Lancelotti;
- Visita do Cel. Rubens Casado – Comandante da GCM;
- Palestra sobre Direitos Humanos e Desarmamento no Grupo dos 12;
- Entrevista na TV Câmara;
- Evento sobre Desarmamento “Importância e Impactos na Sociedade”;
- Entrevistas na Rádio gazeta, Rádio Bandeirantes, Jornal 1ª Edição, TV Cultura, CBN, Jovem Pan e Bandeirantes;
- Campanha do Desarmamento nos Jogos da Cidade;
- Visita do Secretário Dr. Nagashi Furukawa à Comissão;
- Palestra no Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos;
- Reunião com a Procuradoria Geral do Estado (PGE);
- Reunião com o Coordenador do Negro para proferir palestras sobre afirmações positivas;
- Olimpíadas Escolares – Campanha do desarmamento;
- Reunião com relações Internacionais – URBAL;
- Participação no IV Congresso nacional de Polícia Ostensiva e a Mulher Policial;
- Visita do Dr. Desgualdo;
- V Fórum Internacional da Polícia Comunitária;
- Projeto da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo;
- Direitos Humanos e políticas Públicas na Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB);
- Aspectos históricos e jurídicos do genocídio armênio;

- Lançamento do mapa da violência pela UNESCO;
- Duas visitas de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Visita do Relator Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) – Clare Roberts;
- Visita da Sra. Silvia Steiner – Juíza da Corte Internacional de Haia;
- Fórum da Mulher e Direitos Humanos do conselho da Mulher Portadora de deficiência;
- Convenção contra tortura na ASP;
- Palestra na Academia da Polícia Civil no Centro de Direitos Humanos (CDH);
- Palestra no Diretório da PSDH – Direitos Humanos e Desarmamento;
- Palestra na Academia da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- Seminário do Trabalho, Renda e Direitos Humanos;
- Programa de Proteção social e desenvolvimento das Famílias;
- Conferência das cidades;
- Responsabilidade Social e Direitos Humanos no SESCOOP – SP;
- 1ª Oficina Internacional de Tráfico de Seres Humanos;
- Abertura oficial da 8ª semana da Mulher e Direitos Humanos na Universidade São Judas Tadeu;
- Semana de Direitos Humanos nas Faculdades Integradas de Guarulhos;
- Comemoração dos 20 anos da Delegacia da Mulher;
- Conferência Municipal de Direitos Humanos;
- Palestra na Escola de magistratura e Ministério Público em Brasília;
- Palestra na Grande Loja Moçônica;
- IV Conferência Municipal de Assistência Social na Universidade São Camilo;
- Congresso da Frente Parlamentar de Prefeitos;
- Visita Brooke Knobel responsável Consulado Americano para assuntos de Direitos Humanos;
- Fórum de Diversidade Sexual;
- Seminário de Direitos Humanos na Universidade Padre Albino em Catanduva;
- V Conferência Estadual de Direitos Humanos;

- Comemoração de aniversário da Guarda Civil Metropolitana;
- Seminário de Direitos Humanos na Ordem dos Advogados do Brasil de Ibiúna;
- Palestra da Jetsun Pema – irmã do Dalai Lama;
- Ato inter religioso pela Paz e Direitos Humanos;
- Lançamento “São Paulo protege suas crianças” na FIESP;
- Conferência da Diversidade Sexual na Universidade Santana;
- Ação Criança no SESC Vila Mariana;
- Semana da Consciência Negra na Universidade São Francisco;
- 1º Congresso Nacional de Vereadores;
- Direitos Humanos e Administração Pública no Conselho Regional de Administração;
- Paraninfo da turma 9 de Julho na Academia do Barro Branco;
- Cátedra da UNESCO do Núcleo de Estudos Avançados da USP;
- Visita dos membros do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

6. APRIMORAMENTO E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS



Um dos desafios do ano de 2005 foi a criação de um quadro funcional da CMDH e uma rubrica no orçamento do município, já que até então dependia de outras secretarias, que cediam funcionários e verbas para o funcionamento desta Comissão.

A independência se deu com a publicação do Decreto nº 46001 de 27 de junho de 2005, o qual transfere para Gabinete do Prefeito, destinando-se à Comissão Municipal de Direitos Humanos, 8 cargos que atenderam parcialmente às necessidades de funcionalidade deste órgão. A complementação dos cargos foi solicitada e está sendo estudada pela Secretaria de Gestão.



De acordo com a Lei nº 01.0632/2005 do executivo, foi incluso na unidade 11 do Gabinete do secretário de Governo a rubrica 14.422.0350.2141 e 144220350.2142, que atende a necessidade de verba orçamentária para a CMDH.

**Desenvolvimento
da Base
de Dados**

Encontra-se em fase de desenvolvimento um sistema informatizado de cadastro de atendimentos, realizado pela SGM – ATPD, em parceria com esta Comissão, que será utilizado por todas as coordenadorias municipais.

**Lei da
Comissão
Municipal de
Direitos
Humanos**

Visando uma remodelagem, realizou-se estudo, no intuito de aprimorar as atribuições, instrumentos de atuação, composição, prerrogativas e orçamento.

7. Parcerias

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Participação e Parceria, Subprefeituras, Secretaria do Governo Municipal (SGM), Secretaria Municipal de Comunicação, SESC, Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP), Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), Guarda Civil Metropolitana (GCM), São Paulo Turismo (SPTur), Companhia de Processamento de Dados do Município (PRODAM), Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Relações Internacionais, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).



www.dhnet.org.br